



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INDIVIDUALIZAÇÃO, PSICOLOGIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Kueyla de Andrade Bitencourt*
(Faculdade Juvêncio Terra)

RESUMO

A extensão universitária configura-se com uma das ferramentas de aproximação do conhecimento acadêmico com a sociedade, bem como de valorização de outros saberes produzidos fora do ambiente universitário. Este trabalho pretende investigar de que forma a inserção dos alunos e docentes do curso de psicologia nos programas de extensão universitária pode contribuir para a mudança de foco nos cursos de graduação – considerando que a história dessa área do conhecimento possui alicerces que configuram-se como elitistas e individualizantes – a partir da investigação das políticas de extensão das Instituições de ensino superior públicas e do sentido atribuído por esses alunos e professores à prática comunitária e transdisciplinar proposta nos programas de extensão universitária.

PALAVRAS – CHAVE: Extensão, Universidade, Psicologia.

INTRODUÇÃO

A ciência psicológica, apesar do seu desenvolvimento através de teorias e perspectivas divergentes, a maior parte delas difunde a lógica disseminada no período histórico da modernidade, cujos pressupostos teóricos – deterministas, mecanicistas e naturalizantes – consideram a subjetividade humana como sendo regular, que a realidade é exterior ao sujeito, portanto, natural e universal e esse é

* Psicóloga, Mestre em educação pela UFBA, professora de Psicologia Social e Comunitária da Faculdade Juvêncio Terra. Grupo de Pesquisa: As múltiplas faces dos estudos sobre gênero, infância e juventude.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

naturalmente privado, individual e consumista. A partir dessa constatação surgem alguns questionamentos sobre o papel da extensão nos cursos de psicologia, pois partindo da premissa de que ainda hoje eles possuem uma matriz curricular que enfatiza disciplinas e saberes individualizantes e normatizantes, é curioso saber de que forma seus atores compõem os programas de extensão, sendo estes, contraditoriamente, na maior parte das vezes elaborados e executados em contextos coletivistas, possuem viés politizador, prezam por uma ética de trabalho que não esteja focada só no indivíduo e consideram os fenômenos sociais como sendo fruto de uma história e contextos específicos.

Não obstante a esse desafio, ainda temos outro: o de pensar o papel da extensão dentro das universidades públicas brasileiras, uma vez que ela surge com vigor em 1960, a partir de movimentos estudantis liderados pela UNE – União Nacional dos Estudantes, e hoje ganha força e novas configurações, mais espaços de reflexão, “a extensão também é uma construção ou (re)construção de conhecimento, envolvendo, além dos universitários, atores e públicos com culturas, interesses, níveis de educação diferenciados.” (THIOLLENT, 2002) Apesar disso, a extensão ainda está distante de alcançar o status conferido as outras duas instâncias que a auxiliam no processo de formação acadêmica: a pesquisa e o ensino. Ela deve ser pensada como componente fundamental na produção e divulgação do conhecimento acadêmico, a ponto de ser utilizada como subsídio para (re)formulação curricular dos cursos, bem como deve subsidiar as temáticas pesquisadas nos cursos de graduação e pós-graduação. Existe, ainda, maior exigência por parte da sociedade para que a universidade, instituição que subsiste com financiamento público, se aproxime mais das questões sociais que são postas e que necessita de maior reflexividade no campo teórico.

Na área específica da psicologia o diálogo com a sociedade durante a graduação quase não acontece, o contato que os discentes têm com o campo social,

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

pode ocorrer quando esses servem como fonte de dados para suas pesquisas ou como cobaias para experimentos das disciplinas curriculares. Dentre as disciplinas curriculares, as que são mais voltadas para o campo social são as que nos chama atenção para a existência de novos modos de subjetividade, quando propõe um trabalho fora do âmbito meramente acadêmico e busca a construção de entre-lugares²²⁸, formados pela inserção em campos de atuação comunitária.

Acontece que a história da psicologia científica coincide com o nascimento do sujeito individual durante o período da modernidade que afetou diversos campos da sociedade nos séculos XV e XVI e produziu novas ideias de homem e de mundo, assim,

a ciência moderna estabelece um projeto epistemológico que centra no homem, em sua razão e em sua capacidade de observação neutra e imparcial a possibilidade de se atingir o conhecimento total e fiel da realidade. (CARDOSO, 2006, p.6).

O projeto moderno implanta modos sutis de docilização²²⁹ e domesticação dos sujeitos, impondo padrões de comportamento, condutas e determinando conhecimentos, emoções e desejos. Para Figueiredo e Santi (2006) esse regime disciplinar, mesmo que de forma dissimulada, é disseminado em várias instituições sociais. Nesse caso, as existências subjetivas entram em crise já que a privacidade e individualização modernas passam a reconhecer que a realidade social inspira desigualdade e torna-se nítido o choque entre as classes sociais e a exploração do homem por seus iguais.

²²⁸ De acordo com Martins (2007), “a expressão entre-lugares é utilizada como forma de resumir num enunciado esta experiência fronteiriça, cujo horizonte idealista aponta para a tentativa de arrefecer as estratégias de sobredeterminação e totalização nas práticas formativas e buscas de conhecimento.” (p. 12-13)

²²⁹ Para Foucault (2004, p.118) “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” Ainda segundo o autor, em qualquer sociedade o corpo sofre ação de poderes que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Alguns autores, a exemplo de G. Deleuze e F. Guattari, afirmam que não é possível supor a existência de processos subjetivos universais e perenes, no entanto há um modo de produção historicamente dominante do sujeito psíquico que é o individualista (BAREMBLITT, 1992). A medida que a subjetividade é tida como universal, absorve-lhe seu caráter histórico e há institucionalização e padronização do que é considerado normal, chegando a normatização de formas de pensar. Portanto é importante referir-se a processos de subjetivação e não a subjetividades, sendo que,

a primeira expressão está relacionada a circunstâncias que vão sendo pensadas e construídas ao longo do tempo, enquanto que a segunda sugere estabilidade [...] não existe delimitação da subjetividade demarcada em um eu interiorizado e enclausurado, mas existe sempre em sua exteriorização, na fronteira, sua interioridade que se expande em relação com o exterior. (BITENCOURT, 2009, p.109).

Para que se possa construir uma intervenção que atue a fim de normatizar e docilizar os sujeitos – tidos como desviantes ou fracassados – supõe-se que existe um interesse na participação dos alunos e docentes de psicologia na extensão universitária. A noção de padronização dos sujeitos – ou do comportamento desses – são alvo dos projetos, a fim de adequá-los a um jeito de ser e de existir padronizado, pois

a psicologia vem oferecer aos interesses dominantes da sociedade moderna, no seio da qual ela se estrutura enquanto ciência, possibilidades de mensuração das aptidões, de definição dos mais capazes a seguir o legado da acumulação do capital, bem como de modos de prevenção, controle e reajuste de condutas desadaptadas. (CARDOSO, 2006, p. 23)



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O ajuste dos sujeitos à vida social é necessário, no entanto, é preciso atentar-se para o tipo de adaptação que tem sido proposta atualmente, a saber, enquadramento dentro do sistema capitalista, que coloniza o sujeito, sua subjetividade, já que

as forças sociais que administram o capitalismo hoje entendem que a produção de subjetividade talvez seja mais importante que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até que o petróleo e as energias, visto que produzem esquemas dominantes de percepção do mundo. (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 40).

Nascida no momento em que se evidenciam as contradições do homem moderno, a ciência psicológica soma esforços para tentar anular essas contradições e apagar as diferenças, inerente aos seres humanos, atravessados por questões históricas, culturais, sociais. (FOUCAULT, 1999) Na extensão é possível olhar outros modos de subjetivação, de pensar/viver/perceber a realidade e as contradições devem ser consideradas como contingência do próprio ser humano em suas diferenças, como possibilidade de invenção, como liberdade de existência que escape as amarras do conhecimento meramente científico.

A ciência psicológica tem trabalhado com a subjetividade, sendo esta considerada como território prioritário para a colonização e controle dos interesses dominantes no estado capitalista e como consequência tem-se a estagnação dessa área de saber como ciência e profissão e a universidade, através da formação, tem sido uma das responsáveis, por ser o lugar validado socialmente para a aquisição e divulgação do conhecimento, teórico e prático – através dos estágios e atividades de extensão. Deve-se considerar, no entanto que essa visão não é recente, pois

a formação em psicologia, desde a Reforma Universitária de 1968 enfatizou, na tarefa educativa de produção e transmissão da



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

cultura dominante, o treinamento dos indivíduos, no sentido de formar uma mão-de-obra produtiva para quem fosse contratá-los. [...] Não é por acaso que os cursos de pedagogia e psicologia florescem assustadoramente neste período e é a partir do final da década de 60 que vemos a clara orientação ideológica de tais cursos [...] como forma de “psicologizar” toda a vida social e política. (COIMBRA, LOBO; BARROS, 2002, p. 41-42).

Pensar o papel da psicologia enquanto ciência, sua relação e co-construção com outros saberes, significa possibilitar maior diálogo com a sociedade, assim, a universidade pode legitimar-se como lugar de produção de conhecimento, propiciando um auxílio mútuo entre campo acadêmico e campo social ao refletir sobre os processos de subjetivação contidos na dinâmica da desigualdade social, por exemplo. Ademais, se as pessoas que participam indiretamente das universidades passam a considerar sua relevância social, é possível que elas possam somar esforços para evitar o crescente esfacelamento do ensino superior público.

Não obstante existir, especificamente nos cursos de graduação em psicologia, uma apatia velada quanto aos processos coletivos e comunitários que surgem fora das universidades; conhecendo um pouco mais sobre a história da implantação da universidade e da extensão universitária em nosso país, pode-se entender que essa trajetória foi demasiadamente conturbada, repleta de contradições, de repressões, o que auxilia na compreensão sobre a crescente desvalorização que sofrem as atuais práticas extensionistas.

As universidades tem tido diferenciadas configurações ao longo do tempo, no entanto, desde seus primórdios ela é conhecida pela sua produção, transmissão e extensão do saber, sendo o ensino sua forma mais reconhecida socialmente. No período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 surgem, de fato, as primeiras universidades brasileiras, resultado da junção de cursos e institutos já existentes. Na década de 1960, no entanto, as universidades se voltam para o



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

projeto político em desenvolvimento, elaborados pelos governos da ditadura militar que impunha repressão e a queda da autonomia dessas instituições. No final dessa década surgem movimentos culturais e políticos organizados pela UNE que contribuíram para a formação de lideranças intelectuais e a partir disso começam a se definir as atividades extensionistas.

Ao final da década de 1980, durante o processo de redemocratização do país, foi possível pensar uma nova concepção de universidade, redefinindo as ideias e práticas veiculadas sobre ensino, pesquisa e extensão. Há maior aproximação com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, o que auxilia a pensar a extensão como processo que articula ensino e pesquisa e passou-se, então, a questionar as ações da extensão, muitas delas de cunho assistencialista. Neste período a extensão passa a ser reconhecida legalmente como atividade acadêmica, é incluída na Constituição e é criada uma instância nacional para pensar, articular e normatizar essas atividades nacionalmente: O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. A partir da realização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão é que surge um conceito preciso sobre extensão universitária:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001).

Durante os anos de 1990, a universidade sofre muitas críticas, de um lado, estimulados pela visão neoliberal, por outro lado, os esquerdistas criticavam essas instituições, já que elas não tinham compromisso com a transformação social e, via

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

de regra, os instrumentos utilizados para possibilitar o ingresso nas universidades – o vestibular – tornavam estas cada vez mais excludentes. (ROCHA, 2006).

Boaventura de Souza Santos (2001, 2003) fala sobre os problemas que as universidades brasileiras enfrentam atualmente e cita três crises pelas quais estão passando; a crise de hegemonia, que ocorre à medida que às universidades tem sido exigida tanto a transferência de conhecimentos de “alta cultura” para a elite do país, como de conhecimentos técnico-instrumental, para a mão-de-obra de novos setores econômicos. E como não conseguem suprir essas demandas, outras instituições acabam por fazer esse trabalho e a universidade passa por uma crise de hegemonia por não ser mais a única responsável pela transmissão do conhecimento científico. (SANTOS, 2001)

A outra crise é a crise de legitimidade, já que a universidade deixou de ser consensual, em face a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados e as demandas sociais e políticas da democratização da universidade e a reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das famílias pobres. Por fim, ele fala da crise institucional que ocorre devido a contradição diante da reivindicação de autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade de um lado e a exigência de submissão da universidade a valores de eficácia empresarial ou de responsabilidade social, por outro lado. (SANTOS, 2001)

Ao lado da mercantilização das universidades²³⁰ alguns movimentos sociais e alguns teóricos têm proposto a reinvenção da universidade – como uma globalização contra-hegemônica – que reflita um projeto de país, cujo foco seja as escolhas políticas que qualifique a inserção do Brasil em contextos de produção e de distribuição de conhecimento transnacionalizados. Nessa perspectiva, o saber

²³⁰ Um indício do processo de mercantilização da educação é que atualmente tem-se atribuído grande peso à avaliação quantitativa da produtividade dos pesquisadores das universidades (OLIVEIRA, 2004).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

popular tem sido revalorizado e absorvido pelas atividades científicas, compondo uma visão mais plural do conhecimento, que passa a ser reconhecido através de sua aplicação e, para tanto, é necessário o aumento do diálogo entre universidade e sociedade numa concepção transdisciplinar do saber com outras formas de conhecimento. Portanto, de acordo com Rocha (2006), a partir da articulação da extensão da universidade em rede, ela pode-se afirmar como um espaço público e mostrar aos grupos sociais que dela não fazem parte diretamente que, em seu interior, é possível realizar debates e críticas com menos restrições do que é comum em outros espaços sociais.

Muito pouco se discute quanto a importância da extensão universitária nos cursos de graduação, sendo difícil encontrar trabalhos e textos que versam especificamente sobre essa temática. Existem esforços pontuais de alguns docentes e profissionais que se aproximam da área de educação para pensar o papel da extensão dentro da formação acadêmica, por entender que o subsídio para a construção de teorias e pesquisas bem fundamentadas, surge do contato que é feito com a comunidade/sociedade em seu convívio cotidiano. Cumpre, pois, discutir a relação da psicologia com a comunidade, já que ela problematiza o lugar da construção de saber elaborado coletivamente e hoje “afloresce uma nova ordem, de novas subjetivações, de nova ética da alteridade e profundamente sensível ao diálogo, à cooperação, ao trabalho transdisciplinar.” (PEREIRA, 2001, p. 65)

A composição curricular dos cursos de psicologia também não é amplamente discutida como se pressupõe para uma área de conhecimento que vem se expandindo. Poucos são os trabalhos publicados que ousam discutir currículo, psicologia e extensão universitária, não obstante essa discussão ser necessária para que os cursos universitários possam se abrir mais para as comunidades, para o outro, para os afectos, sendo que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

afectos não se confundem com os sentimentos, tampouco correspondem à passagem de um estado vivido a um outro. Os afectos não constituem as afecções ou estados de um corpo, mas são devires provocados pela “vergonha de ser homem”, ou seja, pela doença que se manifesta nas mesquinhas do cotidiano de uma alma ressentida sempre disposta a vingar-se e a provocar paixões tristes.(TÓTORA, 2010, p.216)

A universidade não deve parar de pensar a si mesma, de entender seu lugar, sua função social e os dispositivos que possui para propiciar melhores condições de vida para as pessoas. A extensão, por sua vez, se bem compreendida é um momento indispensável e pode ser pensada como instrumento de produção e transferência dos conhecimentos produzidos academicamente, bem como instrumento de desenvolvimento econômico-político-social-cultural. (NOGUEIRA, 2005)

Acreditando que a extensão universitária está se (re)institucionalizando, tornando-se mais aberta, flexível e menos hierarquizada; o saber científico tem se tornado mais plural – a partir da absorção do saber popular; tem aumentado o diálogo entre universidade e sociedade numa concepção transdisciplinar do saber, apresenta-se uma questão: de que forma a psicologia tem utilizado os conhecimentos e experiências adquiridos na extensão universitária para repensar dispositivos e mudar os rumos da formação (ensino e pesquisa), através das demandas advindas da sociedade? Nesse sentido, é importante uma aproximação com a extensão universitária nos cursos de psicologia, pressupondo existir um interesse na participação dos alunos de psicologia na extensão universitária.

O objetivo desse trabalho é investigar de que forma a inserção de alunos e docentes dos cursos de psicologia nos programas e projetos de extensão universitária pode contribuir para que o processo de formação desses cursos mude seu foco para as demandas sociais, numa perspectiva mais coletivista. Para tanto,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

aspira-se conhecer as políticas de extensão universitária das IES públicas baianas e como elas se articulam com as políticas nacionais de extensão universitária no atendimento as demandas advindas da sociedade; Identificar valores, concepções e saberes utilizados pelos alunos e docentes dos cursos de psicologia nas práticas extensionistas, bem como os que são esperados deles; Analisar o sentido que os alunos e professores do curso de psicologia atribuem a prática comunitária e transdisciplinar proposta nos programas e projetos de extensão universitária; Investigar de que forma os cursos de psicologia absorvem o conhecimento produzido nas práticas extensionistas para balizar a reflexão sobre sua (re) formulação curricular.

Este trabalho pretende ser realizado a partir de pesquisa de cunho etnográfico, entendendo a etnografia não apenas como uma técnica e sim como um campo teórico/metodológico que possibilita maior aproximação com a realidade, como também subsídios para analisar informações colhidas no campo a ser pesquisado. A escolha da pesquisa etnográfica sustentou-se por acreditar que através dela tornar-se-á possível a aproximação com alunos e docentes dos cursos de psicologia que atuam em programas e projetos de extensão universitária, a fim de se apropriar da forma como eles atuam nessa atividade, considerando-se que existe a possibilidade de incorporação de outros saberes não acadêmicos, construídos fora da universidade que podem auxiliar para que os currículos sejam (re) pensados, bem como para que seja discutida a relação entre universidade e sociedade.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

REFERÊNCIAS

- BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de análise institucional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- BITENCOURT, Kueyla de Andrade. **Passando dos limites**: processos de subjetivação de alunos em situação de risco. Salvador: Faculdade de Educação/Universidade Federal da Bahia 2009, (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. SESu/ MEC, 2001.
- CARDOSO, M. L. M. **A psicologia como ciência e a ciência da Psicologia**. Revista Psicologia e Sociedade. V. 20, n. 2, Porto Alegre, Mai-Ago, 2006.
- COIMBRA, Cecília; LOBO, Lilia F.; BARROS, Regina, D. B. A instituição da supervisão: análise de implicações. In: SAIDON, O.; KAMKHAGI, V. R. (Org.) **Análise Institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**, Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- FIGUEIREDO, Luís Claudio M.; SANTI, Pedro Luiz R. **Psicologia**: uma nova introdução- uma visão histórica da psicologia como ciência. São Paulo: EDUC, 2006.
- FOUCAULT, Michel. A Psicologia de 1850 a 1950. In: _____. **Problematização do Sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- _____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, Daniela Maria B. **Entre-lugares**: vivências de fronteira - uma narrativa auto-biográfica da experiência COMUNGOS – conexões comunitárias. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Educação, Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.
- NOGUEIRA, Maria das Dores P. **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, UFMG, 2000.
- _____. **Políticas de Extensão Universitária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- OLIVEIRA, Claudia Hochheim. Qual é o papel da Extensão Universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **Anais...** Belo Horizonte, 2004.
- OLIVEIRA, Marcos B. de. Desmercantilizar a tecnociência. In: SANTOS, Boaventura S.(Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente** – “Um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática.** Belo Horizonte: Vozes/PUC Minas, 2001.

REIS, Renato Hilário. Histórico, Tipologias e proposições sobre a extensão universitária no Brasil. **Revista Linhas Críticas**, V. 2, N° 2, p. 41-47, abr. – Jul., 1996.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil.** Salvador: Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Tese (Doutorado em Educação), 2006.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão.** I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa, 2002. Disponível em: <<http://www.proex.ufrn.br/files/documentos/thiollient.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

TÓTORA, Silvana. Uma pedagogia das Sensações. In: Tórtora, S. e OTTAVIANI, E. (Org.) **Educação e Extensão Universitária: Foco Vestibular: um experimento da diferença.** São Paulo: Paulinas/EDUC, 2010.